MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Porto Alegre - RS, 30/03/2010

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

DGP – Diretoria de Gestão de Pessoal

DLOG – Diretoria de Administração e Logística Policial

DN – Decisão Normativa

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania

SELOG – Setor de Administração e Logística Policial

SR – Superintendência Regional

SR/DPF/RS - Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal Rio Grande do Sul

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria Geral da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

UTEC – Unidade Técnico-Científica

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Título **Página**

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada 11

Quadro 02 - Identificação da Unidades Orçamentárias Responsáveis pela Programação da Unidade 18

Quadro 03 - Dados do Programa 0662 – Prevenção e Repressão à Criminalidade 19

Quadro 04 - Gráfico - Dados do Programa 0662 19

Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2679 20

Quadro 06 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 2679 20

Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 2720 21

Quadro 08 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 2720 21

Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 2726 23

Quadro 10 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 2726 24

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 4572 25

Quadro 12 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 4572 25

Quadro 13 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações 26

Quadro 14 - Gráfico - Dados do Programa 1353 26

Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 8979 27

Quadro 16 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 8979 27

Quadro 17 - Dados Gerais da Ação 8980 28

Quadro 18 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 8980 28

Quadro 19 - Dados do Programa 1453 – Programa Nacional Segurança Pública com Cidadania–PRONASCI 29

Quadro 20 - Gráfico - Dados do Programa 1453 30

Quadro 21 - Dados Gerais da Ação 8375 30

Quadro 22 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 8375 30

Quadro 23 - Dados Gerais da Ação 8854 31

Quadro 24 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 8854 31

Quadro 25 - Dados Gerais da Ação 8855 32

Quadro 26 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 8855 32

Quadro 27 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo. 33
Quadro 28 - Gráfico - Dados do Programa 0750....33
Quadro 29 - Dados Gerais da Ação 2000 34
Quadro 30 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 2000....35
Quadro 31 - Dados Gerais da Ação 2003 35
Quadro 32 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 2003....36
Quadro 33 - Dados Gerais da Ação 2012 36
Quadro 34 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 2012....37
Quadro 35 - Dados do Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social....37
Quadro 36 - Gráfico - Dados do Programa 0087....38
Quadro 37 - Dados Gerais da Ação 2272 38
Quadro 38 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 2272....38
Quadro 39 - Dados Gerais da Ação 8452 39
Quadro 40 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 8452....39
Quadro 41 - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União. 40
Quadro 42 - Gráfico - Dados do Programa 0089....40
Quadro 43 - Dados Gerais da Ação 0181 41
Quadro 44 - Gráfico - Dados Gerais da Ação 0181....41
Quadro 45 - Despesas por Modalidade de Contratação....42
Quadro 46 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa....43
Quadro 47 - Evolução de Gastos Gerais....44
Quadro 48 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa....45
Quadro 49 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo....46
Quadro 50 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade 48
Quadro 51 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009....55
Quadro 52 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009 55
Quadro 53 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 59
Quadro 54 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU....65
Quadro 55 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos e Convênios 68

Sumário

Introdução....08
1 – Informações Gerais de Identificação....11
2 – Objetivos e Metas....13
2.1 – Responsabilidades Institucionais....13
2.1.2 – Objetivos Estratégicos....14
2.2 – Estratégia de Atuação....15
2.3 - Gestão orçamentária e financeira....18
2.3.1 – Programas/Ações....18
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade....19
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos....20
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública....21
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União....23
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação....25
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal....26
2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades Departamento de Polícia Federal...27
2.3.1.2.2 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades Departamento de Polícia Federal 28
2.3.1.3 – Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI....29
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento....30
2.3.1.3.2 – Ação 8854 – Gestão e Comunicação do PRONASCI....31
2.3.1.3.3 – Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública....32
2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo....32
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade....34
2.3.1.4.2 – Ação 2003 – Ações de Informática....35
2.3.1.4.3 – Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados....36
2.3.1.5 – Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social....37

2.3.1.5.1 – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa....38
2.3.1.5.2 – Ação 8452 – Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária....39
2.3.1.6 – Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União....40
2.3.1.6.1 – Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis....41
2.4 – Desempenho Operacional....42
2.4.1 – Evolução das despesas....42
2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação....42
2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa....43
2.4.1.3 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa....45
2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo....46
2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade....48
2.4.2 – Indicadores de desempenho....49
2.4.3 – Análise do desempenho....54
3 - Recursos Humanos....55
4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos....58
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009....59
6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres....60
7 – Previdência Complementar Patrocinada....61
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos....62
9 – Renúncia Tributária....63
10 – Operações de Fundo....64
11 – Determinações dos Órgãos de Controle....65
11.1 - Recomendações da CGU....65
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU....65
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009....67
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios....68
14 – Outras Considerações....69
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada....70

Introdução

O Relatório de Gestão do exercício 2009 tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, objetivos e metas – tratando da responsabilidades institucionais, estratégias de atuação, gestão orçamentária e financeira, e desempenho operacional - recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias registrados no SISAC não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio Grande do Sul está estruturada em quatorze (14) Unidades Operacionais, composta pela sua sede na cidade de Porto Alegre e pelas Delegacias descentralizadas no interior do Estado - Bagé, Caxias do Sul, Chuí, Jaguarão, Livramento, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Santa Cruz, Santa Maria, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana.

No ano de 2009 a SR/DPF/RS atuou no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, tráfico de drogas e armas, abigeato, lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho. Foram ações de prevenção e repressão desenvolvidas no sentido de preservar os bens, serviços e interesses da União.

Em virtude da localização e de sua fronteira com Argentina e Uruguai, além da proximidade da fronteira com o Paraguai, criminosos tentam utilizar o estado como rota para diversos crimes. Contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes e produtos químicos controlados, foram combatidos com operações específicas e em conjunto com as Superintendências do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo em vista que as drogas consumidas no RS passam pelos estados. Com o auxílio de cães farejadores do canil da DRE e da Delegacia de Santo Ângelo, foram implementadas operações preventivas nas Agências dos Correios e aeroportos. A pirataria, principalmente na região da cidade de Rio Grande, e a falsificação e contrabando de vinho foram alvos de ações específicas. Nas regiões das fronteiras de Livramento, Uruguaiana, Jaguarão, São Borja e Santo Ângelo, a repressão ao tráfico de armas teve atenção especial. Juntamente com a fiscalização em lojas de armas de fogo e dando continuidade à campanha de desarmamento, implementando registros e portes de arma.

Os crimes contra o meio ambiente, praticados em rios, lagos da região, na área marítima de Rio Grande, e na reserva ecológica do Taim foram combatidos em conjunto com o IBAMA e a PATRAM – Brigada Militar, combatendo o tráfico de animais silvestres, exploração irregular de minerais, extração de areia e cascalho.

Operações específicas de combate ao crime organizado, com implantação de equipe de combate a corrupção contra participação de funcionários públicos, combate a crimes financeiros e à lavagem de dinheiro de quadrilhas que utilizam o Uruguai para a prática desses delitos, estreitando os laços com a Receita Federal do Brasil e Banco Central. Foram intensificadas investigações das ações de doleiros na região de Santana do Livramento e Rivera – URU, além de operações contra fraudes na Previdência Social e Caixa Econômica Federal, nos crimes de evasão de divisas e sonegação fiscal, que obtinham benefícios previdenciários com a participação de sindicatos, servidores do INSS, médicos e escritórios de advocacia. Com o apoio do Comando de Operações Táticas – COT/DIREX e da DRCOR, foi constituído na Superintendência o Grupo de Ponta Intervenção – GPI. Composto por policiais distribuídos pelas diversas subunidades da SR, o Grupo tem o preparo técnico-profissional e aparato de equipamentos para agir prontamente nas situações de crise.

No tráfego de pessoas na região de fronteira, a fiscalização foi reforçada visando identificar mandados de prisão em desfavor de pessoas em migração, com acompanhamento de mais de 200.000 (duzentas mil) migrações. Com as denúncias recebidas, como foi noticiado na mídia, foi intensificado o combate ao tráfico de seres humanos, onde eram enviadas mulheres ao exterior para prostituição. Como também os crimes de pedofilia, que com a expansão do uso da internet se tornaram mais freqüentes. No entanto, o combate aos crimes cibernéticos também evoluiu, com criação de grupos especializados e voltados para esse fim.

Ao todo foram desencadeadas 40 (quarenta) grandes operações. Utilizando na execução um efetivo total de cerca de 2.240 (dois mil duzentos e quarenta) policiais, além dos envolvidos diretamente nos trabalhos de investigação. Tivemos importantes cooperações com outros órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Receita Federal do Brasil, Banco Central, Caixa Econômica Federal e Previdência Social, já citados acima, como também Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil do RS e Brigada Militar. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão, onde foram colhidos documentos, animais silvestres, computadores, jóias e relógios importados, munições diversas, caixas de cigarros, pólvora, espoletas para munição, apreendidos veículos e armas de vários calibres, diversos tipos de drogas ilícitas como maconha, cocaína, pasta base e crak. Também foi colhida grande quantidade de moeda estrangeira – dólares e euros. Cumpridos ainda mandados de prisão preventivas e temporárias, no total de 399 (trezentos e noventa e nove) prisões. O valor estimado das apreensões realizadas foi R$ 8.705.450,00 (oito milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta reais) e o impacto estimado das fraudes no ano de R$ 1.194.183.312,00 (um bilhão, cento e noventa e quatro milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e doze reais).

A Superintendência prosseguiu com os esforços para melhorar cada vez mais um dos "produtos" de sua atuação. No ano de 2009 foram instaurados na SR/DPF/RS 1.418 inquéritos policiais. Em andamento permaneceram 1.389 inquéritos, enquanto foram relatados 2.326. O trabalho de correições no estado vem contribuindo para a melhoria contínua do processo.

No ano de 2010 a SR/DPF/RS continua cumprindo com suas atribuições previstas, não descuidando de nenhuma das suas áreas de atuação, mas buscando cumprir os objetivos e metas

traçadas, adaptando suas estratégias e ações com os diversos cenários que se formam no país. Neste ano eleitoral, as atenções devem se voltar para a apuração das infrações penais contra a Ordem Política e Social – crimes eleitorais, de responsabilidade, contra a segurança nacional, a ordem politica e social - apuração das infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas - contra as normas de licitações, contra o sistema financeiro nacional, lavagem de dinheiro, organização criminosa, desvio de crédito e financiamento, contra a ordem econômica, contra a ordem tributária, abuso do poder econômico.

Como o estado tem grandes áreas de fronteiras com Argentina e Uruguai, a prevenção e repressão ao tráfico internacional de drogas, armas e munições vai continuar sendo feita com todo vigor. A ocorrência do crime de abigeato, que cresceu nos últimos anos na fronteira sul do estado, vai ser combatida com parcerias, ações conjuntas com a Polícia Civil do estado e Brigada Militar. A busca do estreitamento das relações com órgãos das três esferas de poder vai continuar, pois as experiências realizadas mostraram que com a integração e organização, o combate aos grupos criminosos é mais eficiente.

A Superintendência de Polícia Feral no Rio Grande do Sul também atuará nas ações do PRONASCI desencadeadas pelo Ministério da Justiça, contribuindo para prevenir e conter a violência nos centros urbanos. Os Territórios de Paz serão implantados no estado nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Cachoeirinha e Sapucaia do Sul.

1 – Informações Gerais de Identificação

Quadro 01 – Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			**Código SIORG**: 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul			
Denominação abreviada: Polícia Federal no Rio Grande do Sul			
Código SIORG: 1148	**Código LOA:** Não se aplica		**Código SIAFI:** 200372
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			**Código CNAE:** 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(51) 3235-9000	(51) 3235-9044	(51) 3235-9053
Endereço eletrônico: gab.srrs@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Ipiranga, nº 1365 Bairro Azenha Porto Alegre – RS Cep.: 90.160-093			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – RS			
Denominação abreviada: FUNAPOL – RS			
Código SIORG: Não se aplica	**Código LOA:** Não se aplica		**Código SIAFI:** 200373
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública			**Código CNAE:** 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(51) 3235-9000	(51) 3235-9044	(51) 3235-9053
Endereço eletrônico: gab.srrs@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Ipiranga, nº 1365 Bairro Azenha Porto Alegre – RS Cep.: 90.160-093			

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
- Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **SR/DPF/RS:** - Port. 527/64 de 24/12/64 Dec. 56.510, de 28/06/65 – Criação da Delegacia Regional do Rio Grande do Sul - Dec. 70.665, de 02/06/72 – Transforma em Superintendência Regional do Rio Grande do Sul **FUNAPOL:** - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
- Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
Não há.

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem sua raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto- Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal. A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público. Mais especificamente a Polícia Federal deve *"apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União." (art. 144, Parágrafo* §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente, contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro de Habitação, contra a Previdência Social, contra os serviços postais, contra a organização do trabalho, contra os índios, contra os direitos humanos, os crimes eleitorais, de genocídio, de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 -SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precursores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção à Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Regional do DPF no Rio Grande do Sul exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição. De acordo com as diretrizes emanadas pelos Órgãos Centrais, com os recursos humanos, financeiros e materiais disponibilizados, executa seu planejamento, traçando metas, colocando objetivos a atingir e definindo estratégias de atuação. As Delegacias Descentralizadas no estado operam em consonância com a Superintendência em Porto Alegre e integradas entre si, no que diz respeito aos meios e assuntos de interesse das

operações desencadeadas e que ultrapassam as circunscrições dessas Delegacias. Da mesma forma, a SR/DPF/RS opera com as Unidades Centrais e outras Superintendências do DPF.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- ✓ Melhoria da Gestão;
- ✓ Combate à Corrupção;
- ✓ Combate ao Narcotráfico;
- ✓ Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- ✓ Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação do Órgão se foca no atendimento da MISSÃO da instituição, que é "Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária." Esforços que buscam a VISÃO DE FUTURO, que é "Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana."

Seguindo diretrizes da Direção-Geral, bem com a missão e visão de futuro da instituição, a Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Sul atuou fortemente no combate à criminalidade na sua circunscrição, tendo realizado diversas operações policiais de combate ao crime organizado, tráfico de drogas e armas, abigeato, lavagem de dinheiro, ao contrabando e descaminho. O atendimento ao cidadão mereceu especial atenção, com esforços voltados para agilizar a obtenção do passaporte e certidões, recepção nos aeroportos e atendimento a estrangeiros. Prosseguiu na campanha do desarmamento, recebendo diversos tipos de armas, efetuando cadastro e confecção de registros e portes. Sempre procurando melhorar as condições de trabalho dos servidores, logística foi incrementada com aquisição de viaturas, mobiliário e equipamentos de informática, além de receber material proveniente do Promotec.

A cooperação e a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo, nas esferas Federal, Estadual e Municipal, também possibilitou êxito de diversas operações desencadeadas.

2.2 – Estratégia de Atuação

A Superintendência Regional do DPF no RS atua cumprindo suas atribuições legais, seguindo as diretrizes da Unidade Central, Diretorias e Coordenações. Em conjunto com outras unidades policiais do DPF e demais forças, Órgãos de Governo das três esferas, busca ações coordenadas. Por sua localização e fronteira com Argentina e Uruguai, além da proximidade com o Paraguai, criminosos tentam utilizar o estado como rota para diversos crimes. Contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes e produtos químicos controlados, foram combatidos com operações específicas e em conjunto com as Superintendências do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tendo em vista que as drogas consumidas no RS passam pelos estados. Com o auxílio de cães farejadores do canil da DRE e da Delegacia de Santo Ângelo, foram implementadas operações preventivas nas Agências dos Correios e aeroportos. A pirataria, principalmente na região da cidade de Rio Grande, e a falsificação e contrabando de vinho foram alvos de ações específicas. Nas regiões das fronteiras de Livramento, Uruguaiana, Jaguarão, São Borja e Santo Ângelo, a repressão ao tráfico de armas teve atenção especial. Juntamente com a fiscalização em lojas de armas de fogo e dando continuidade à campanha de desarmamento, implementando registros e portes de arma.

Os Territórios de Paz, áreas que estão sendo implantadas para prevenir e conter a violência em áreas dos grandes centros urbanos, nas ações desenvolvidas pelo Ministério da Justiça no âmbito do PRONASCI, contaram com o apoio da SR/DPF/RS no intercâmbio e trabalhos desenvolvidos com a Polícia Civil do RS e Brigada Militar.

Os crimes contra o meio ambiente, praticados em rios, lagos da região, na área marítima de Rio Grande, e na reserva ecológica do Taim foram combatidos em conjunto com o IBAMA e a PATRAM – Brigada Militar, combatendo o tráfico de animais silvestres, exploração irregular de minerais, extração de areia e cascalho. O processo para a aquisição de embarcações que se iniciou no ano de 2009 vai prover os meios que proporcionarão maior agilidade, capacidade de atuação e conseqüentemente maior eficiência nas ações.

A Superintendência procurou desenvolver operações específicas de combate ao crime organizado, com implantação de equipe de combate a corrupção em crimes com participação de funcionários públicos, principalmente fraudes em licitações e desvios de recursos públicos, combate a crimes financeiros e à lavagem de dinheiro de quadrilhas que utilizam o Uruguai para a prática dos delitos. Foi feita com retorno bastante positivo a troca de informações de interesse entre Polícia Federal, Receita Federal do Brasil e Banco Central. Além de operações contra fraudes na Previdência Social e Caixa Econômica Federal, crimes de evasão de divisas e sonegação fiscal, onde as quadrilhas obtinham benefícios previdenciários com a participação de sindicatos, servidores do INSS, médicos e escritórios de advocacia.

Com um grande perímetro de fronteira no estado, e conseqüente alto tráfego de pessoas na região, a fiscalização foi reforçada - nas cidades fronteiriças, rios e vias terrestres – com alocação de recursos humanos e melhorando a estrutura e equipamentos das Delegacias e servidores, visando identificar mandados de prisão em desfavor de pessoas em migração, com acompanhamento de mais de 200.000 (duzentas mil) migrações. O tráfico de drogas ilícitas vindas principalmente do Paraguai

foi combatido com ações de inteligência e em conjunto com as Unidades do DPF nos estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

A relativa estabilidade econômica do país, mesmo após a "crise de 2008", voltou a atrair grupos criminosos para a região de fronteira sul. Foram intensificadas investigações das ações de doleiros na região de Santana do Livramento e Rivera – URU. Com as denúncias recebidas, como foi noticiado na mídia, foi intensificado o combate ao tráfico de seres humanos, onde eram enviadas mulheres ao exterior para prostituição. Como também os crimes de pedofilia, que com a expansão do uso da internet se tornaram mais freqüentes. No entanto, o combate aos crimes cibernéticos também evoluiu, com criação de grupos especializados e voltados para esse fim, e desenvolvimento de técnicas e trabalhos de inteligência.

Também em função da "crise de 2008" recursos foram contingenciados pelo Governo Federal, atrasando os repasses para o Ministério da Justiça e conseqüentemente a Polícia Federal e SR/DPF RS, o que acarretou dificuldades para o pagamento de fornecedores e prestadores de serviço. O SELOG da Superintendência necessitou realizar diversas gestões junto à Coordenação de Orçamento e Finanças na tentativa de amenizar o problema.

Fato que também veio à tona no ano de 2009 foi a do aumento da ocorrência de exploração do trabalho, redução a condição análoga a escravo. O Rio Grande do Sul figurou entre os de maior incidência. Não foi necessariamente a prática que se intensificou. O "trabalho escravo" é que foi combatido de maneira veemente. Fato que também foi facilitado pela utilização de viaturas tipo pick-up, para possibilitar a chegada a locais de difícil acesso, recursos que agora equipam todas as Delegacias Descentralizadas no estado.

Na região da fronteira Brasil/Uruguai, mais precisamente nas cidades de Quaraí, Dom Pedrito, Livramento e Rivera – URU, foi desencadeada operação contra o tráfico de armas e munições. Armamento ilegal que abastecia quadrilhas de assalto a bancos, cargas, além de apoiar o tráfico de drogas. Os criminosos tinham ramificações também nas cidades de Porto Alegre, Alvorada e Pinhal.

Devido às grandes áreas agrícolas do estado e a crescente demanda por agrotóxicos, grupos criminosos aproveitaram o alto valor dos produtos para contrabandeá-los do Uruguai e Argentina. O contrabando de agrotóxicos ocorreu e foi combatido, principalmente na região das cidades de Bagé, Livramento, Santo Ângelo, Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre. Esse produto, além de ser objeto de contrabando, colocava em risco a saúde da população que consumia alimentos tratados com os mesmos e dos que o manuseavam, já que continham substâncias não aprovadas no Brasil e/ou em quantidades superiores às recomendadas.

Ao todo foram desencadeadas 40 (quarenta) grandes operações. Utilizando na execução um efetivo total de cerca de 2.240 (dois mil duzentos e quarenta) policiais, além dos envolvidos diretamente nos trabalhos de investigação. Temos que ressaltar as importantes cooperações com outros órgãos Federais, Estaduais e Municipais, Receita Federal do Brasil, Banco Central, Caixa Econômica Federal e Previdência Social, já citados acima, como também Exército Brasileiro, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil do RS e Brigada Militar. Foram cumpridos 435 (quatrocentos e trinta e cinco) mandados de busca e apreensão, onde foram colhidos documentos, animais silvestres, computadores, jóias e relógios importados, 39.000 (trinta e nove mil) munições diversas, 250 (duzentas e cinqüenta) caixas de cigarros, 38 Kg (trinta e oito quilos) de pólvora, 45.000 (quarenta e cinco mil) espoletas, 77

(setenta e sete) veículos, 138 (cento e trinta e oito) armas de vários calibres, 662 Kg (seiscentos e sessenta e dois) quilos de maconha, 106 Kg (cento e seis) quilos de cocaína, 13 Kg (treze) quilos de pasta base, 50 Kg (cinqüenta) quilos de crak, em moeda estrangeira U$ 16.800,00 (dezesseis mil e oitocentos dólares) e E$ 50.000,00 (cinqüenta mil euros). Cumpridos ainda 331 (trezentos e trinta e um) mandados de prisão preventivas e 68 (sessenta e oito) temporárias, no total de 399 (trezentos e noventa e nove) prisões. O valor estimado das apreensões realizadas foi R$ 8.705.450,00 (oito milhões, setecentos e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta reais) e o impacto estimado das fraudes no ano de R$ 1.194.183.312,00 (um bilhão, cento e noventa e quatro milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e doze reais).

O aumento do número de meios, principalmente no que diz respeito a armamento e munição, viaturas e equipamentos na área técnico-científica e mobiliário para as Descentralizadas, foi um fator que veio de encontro à crescente necessidade de preparo e condições frente ao aumento da criminalidade. Em face aos recursos financeiros escassos no ano, foram atendidas em parte as demandas do dia-a-dia dos policiais federais e das atividades técnico-administrativas, necessitando ainda de um incremento no que diz respeito aos equipamentos individuais (coletes balísticos, por exemplo) e coletivos, e também na manutenção, especialização e aprimoramento dos servidores. As ações de capacitação melhoraram no período, com o planejamento de cursos, participação em seminários, educação e ensino à distância, mas precisam ser mais difundidas, para motivar os servidores a participação.

Tivemos acréscimo no número de policiais, ainda que exista uma demanda crescente de trabalhos e conseqüentemente de servidores. Foi realizado concurso para formação de 200 (duzentos) agentes e 400 (quatrocentos) escrivães, cujo curso está em andamento. Segundo as informações da Diretoria de Gestão de Pessoal, os novos policiais serão empossados na região Amazônica e fronteiras. Na área técnico-administrativa continuamos com grande carência de recursos humanos, pois não houve a realização de concurso para o preenchimento dos quadros e a evasão dos que tomaram posse no concurso realizado em 2004 é muito grande. A grande procura pelo documento de passaporte e também nas ações da Campanha do Desarmamento evidenciou que existe uma grande necessidade de servidores. Assim como se pode observar a demanda nos trabalhos das diversas Delegacias, Setores e Núcleos da Superintendência em Porto Alegre, e principalmente no interior do estado. Os deslocamentos de pessoal, com gastos com diárias e passagens, foram necessários para participação nos trabalhos de investigação, nas operações e desenvolvimentos das demais atividades no âmbito da Superintendência e também do DPF como um todo.

Continuamos com a política de realizar ações conjuntas e intercâmbio com outros Órgãos do Governo na esfera Federal, Estadual e Municipal. Foram desenvolvidos trabalhos de inteligência, troca de informações e experiências, além das operações propriamente ditas, o que possibilitou êxito de diversos trabalhos desencadeados.

2.3 - Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2 - Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade, direta em suas atividades finalísticas, no PPA 2008-2011, dois programas de governo: Prevenção e Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Sul também, executou recursos do programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à reforma, modernização e ampliação de Unidades do DPF, finalizando os trabalhos de reforma e modernização das instalações das Delegacias de Polícia Federal nas cidades de São Borja e Santo Ângelo.

O programa de Apoio Administrativo, que representa a maior parte dos recursos administrados pela SR, abrange a administração da unidade e as atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência, também, executou recursos do programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento. E também gestão e comunicação do PRONASCI.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

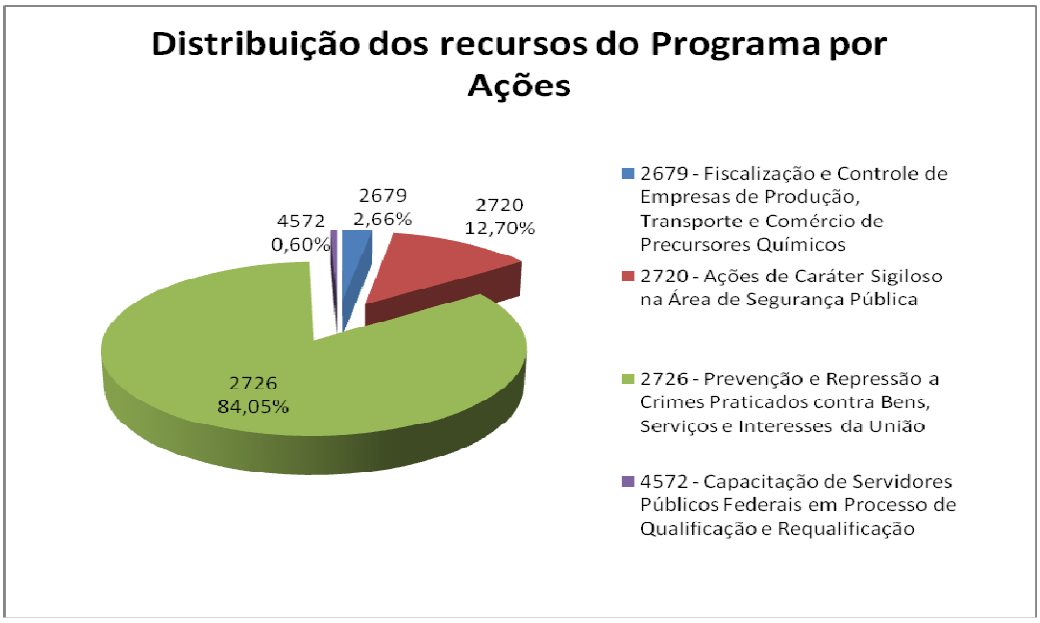
Quadro 03 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		Ildo Gasparetto
Indicador(es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo[1]	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

Programa	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
0662	R5.765.556,10	5.740.611,48	686.182,07	881.854,36

Quadro 04 – Gráfico Dados do Programa 0662



[1] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 05 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei n° 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
2679	153.172,21	153.172,21	153.172,21	0,00

Quadro 06 – Gráfico da Ação 2679

Tem a finalidade de fiscalizar as organizações envolvidas com a cadeia produtiva que envolve precursores químicos e combater o comércio ilegal desses produtos.

Nesta ação foram empenhados recursos no valor de R$ 153.172,21 (cento e cinqüenta e três mil, cento e setenta e dois reais e vinte e um centavos), liquidados e pagos em sua totalidade, utilizados nas operações de fiscalização e controle, como exemplo:

- Operação 6 Fronteiras: fiscalização conjunta, voltada para precursores químicos, da área de fronteira de Brasil, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Bolívia, Equador, Colômbia e Venezela, em que são realizadas ações de grande vulto duas vezes ao ano;

- Operação/área: Quileros/Bagé, Porto Alegre, Livramento, Santo Ângelo, Passo Fundo e Santa Maria.

Recursos materiais e humanos foram utilizados como insumos nas operações, como bens permanentes usados (armamento, viaturas, etc.) e de consumo (combustíveis, papel, munição e outros), além do pessoal envolvidos nas atividades.

2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 07 - Dados Gerais da Ação 2720

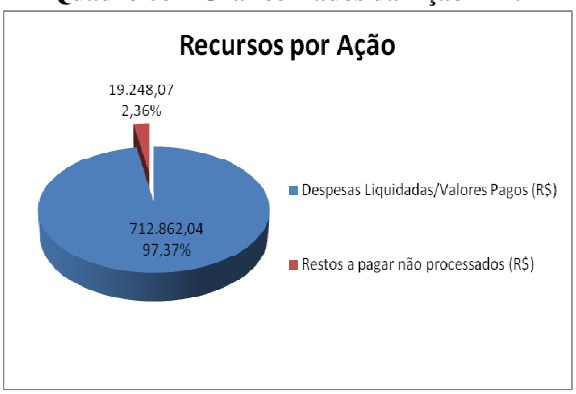
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
2720	732.110,11	712.862,04	712.862,04	19.248,07

Quadro 08 – Gráfico Dados da Ação 2720



Tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Foram realizados trabalhos de inteligência policial, com uso de recursos financeiros no total de R$ 732.110,11 (setecentos e trinta e dois mil, cento e dez reais e onze centavos), nas 40 (quarenta) grandes operações. Liquidados e pagos R$ 712.862,04 (setecentos e doze mil oitocentos e sessenta e dois reais e quatro centavos), com restos a pagar na ordem de R$ 19.248,07 (dezenove mil duzentos e quarenta e oito reais e sete centavos). Os recursos materiais utilizados foram os disponíveis para as atividades finalísticas da Polícia Federal, como armamento, coletes balísticos, munição, viaturas, etc., os da atividade de suporte às operações, computadores e material de expediente, por exemplo, ligados a área de inteligência. Os recursos humanos envolvidos na ação foram os que trabalharam diretamente com as operações de caráter sigiloso. Parcerias com outros Órgãos de Segurança Pública de todas as esferas do Poder, e ações integradas nos trabalhos foram fatores que contribuíram para o alcance dos resultados desejados.

2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 09 - Dados Gerais da Ação 2726

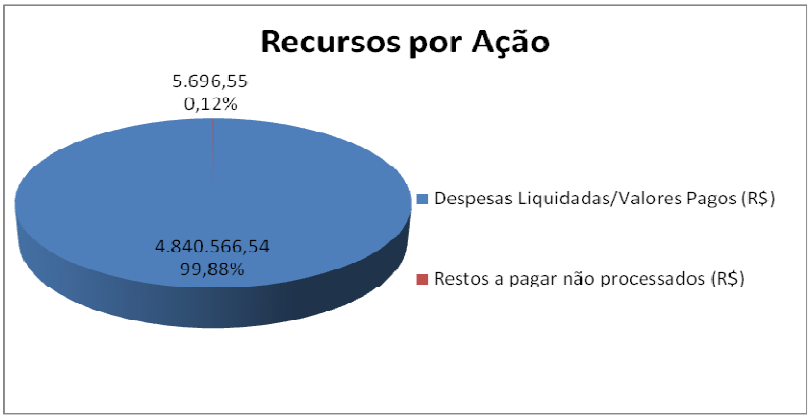
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar empresas de segurança privada no país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição no Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
2726	4.846.263,09	4.840.566,54	4.840.566,54	5.696,55

Quadro 10 – Gráfico Dados da Ação 2726



Combate, o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

As grandes operações realizadas no ano utilizaram recursos descentralizados nesta Ação. De um montante de R$ 4.846.263,09 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e três reais e nove centavos), foram liquidados R$ 4.840.566,54 (quatro milhões oitocentos e quarenta mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinqüenta e quatro centavos) e restos a pagar R$ 5.696,55 (cinco mil seiscentos e noventa e seis reais e cinqüenta e cinco centavos). Foram ao todo 40 (quarenta) trabalhos desenvolvidos na área de circunscrição, mais especificamente no combate ao contrabando e descaminho, tráfico de entorpecentes e armas, evasão de divisas, crimes contra a propriedade intelectual e industrial (pirataria), abigeato na fronteira (roubo de gado), aos crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), ao tráfico de seres humanos, à exploração sexual infanto-juvenil e pedofilia. Outras com intuito de reprimir o trabalho escravo, apurar conflitos agrários e fundiários, crimes contra a previdência social e contra os direitos humanos, evasão de divisas, falsidade ideológica, corrupção ativa, estelionato e formação de quadrilha. Foram utilizados recursos materiais, bens permanentes (viaturas, armamento, coletes balísticos, etc) e de consumo (munição, combustível, e outros). Além de terem sido utilizados recursos que dão suporte e possibilitam o desenvolvimento dos trabalhos, como computadores, impressoras, material de investigação técnico-científico, papel e insumos em geral. A soma do total de recursos humanos empregados nas grandes operações foi de aproximadamente 2240 (dois duzentos e quarenta) policiais – em média 56 por operação – nas atividades de investigação e na execução, além dos trabalhos desenvolvidos na área meio por servidores do Plano Especial de Cargos. Houve também o apoio e atuação em conjunto com Polícia Rodoviária Federal, Receita Federal do Brasil, Banco Central, Previdência Social, Caixa Econômica Federal, Exército Brasileiro, de Órgãos de Segurança do Estado, como Brigada Militar e Polícia Civil. Estas parcerias e apoios citados contribuíram e muito para o sucesso das missões.

2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 11 - Dados Gerais da Ação 4572

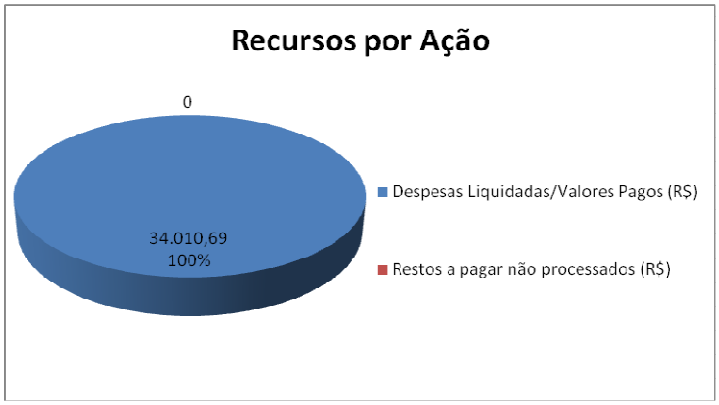
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
4572	34.010,69	34.010,69	34.010,69	0,00

Quadro 12 – Gráfico da Ação 4572



Tem a finalidade de formar e aprimorar os recursos humanos.

Os recursos descentralizados nesta ação foram de R$ 34.010,69 (trinta e quatro mil, dez reais e sessenta e nove centavos) liquidados e pagos. Foi feito levantamento das necessidades de treinamento e capacitação de servidores desta Unidade para o período 2008-2010, para a elaboração do Plano de Ensino do DPF. Realizado Curso Especial de Polícia e Curso Superior de Polícia. Foram solicitadas 26 (vinte e seis) participações em ações de capacitação, das quais 12 (doze) foram deferidas, dessas, 04 não foram realizadas por perda de prazos na tramitação. Outras 14 (quatorze) foram indeferidas pela Coordenação de Recursos Humanos/Diretoria de Gestão de Pessoal, por solicitação fora do prazo e limitações orçamentárias. Parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e

DTCOM, servidores puderam realizar cursos, participando do EAD – Educação e Ensino à Distância, componente do PRONASCI. Uma parceria que gerou bons resultados, pois são cursos voltados para a área de segurança pública, que não demandam altos custos para a Unidade. São necessários apenas um terminal de computador ligado a internet e uma dedicação de tempo do servidor.

2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, aprimorar a estrutura e os modelos operacionais e gerenciais, bem como a capacidade executiva do policiamento federal para o exercício de suas atribuições constitucionais.

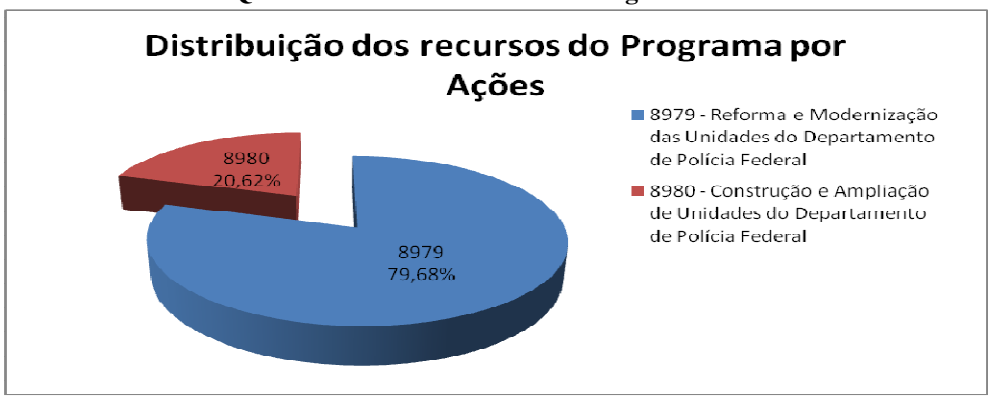
Quadro 13 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Ildo Gasparetto
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há.
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo[2]	Descrição da Ação
8980	A	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

Programa	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
1353	71.655,29	32.865,29	32.865,29	38.790,00

Quadro 14 - Gráfico Dados do Programa 1353



[2] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 15 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infra-estrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Produto (unidade de medida)	unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
8979	57.098,29	18.308,29	18.308,29	38.790,00

Quadro 16 – Gráfico Dados da Ação 8979

Tem a finalidade de dotar as instalações das Unidades do DPF de uma estrutura moderna e eficiente, adaptada ao aumento da carga de trabalho, do efetivo e que dê suporte aos novos equipamentos adquiridos.

Foram destinados R$ 57.098,29 (cinqüenta e sete mil, noventa e oito reais e vinte e nove centavos), dos quais R$ 18.308,29 (dezoito mil, trezentos e oito reais e vinte e nove centavos)

liquidados e pagos, restando a pagar R$ 38.790,00 (trinta e oito mil, setecentos e noventa reais). Para procedimentos de reforma e modernização das instalações das Delegacias de Polícia Federal e Unidades Técnico-Científicas no interior do estado – DPF Santa Cruz do Sul e UTEC Passo Fundo, por exemplo, proporcionando uma estrutura moderna e eficiente, adaptada ao aumento da carga de trabalho, do efetivo e que dê suporte aos novos equipamentos adquiridos, em face das antigas instalações, obsoletas e que não comportavam adequadamente pessoal e equipamentos. Recursos materiais e humanos foram utilizados como insumos nos processos de aquisição e contratação das empresas prestadoras dos serviços.

2.3.1.2.2 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 17 - Dados Gerais da Ação 8980

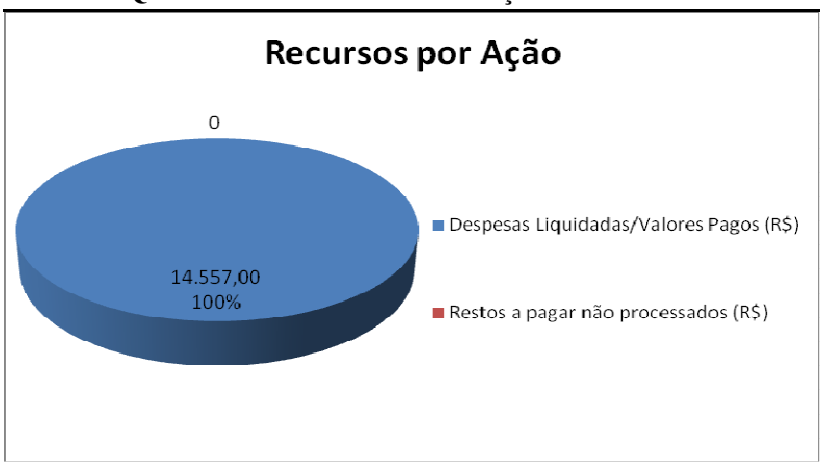
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Produto (unidade de medida)	UNIDADE CONSTRUÍDA (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
8980	14.557,00	14.557,00	14.557,00	0,00

Quadro 18 – Gráfico Dados da Ação 8980



Tem a finalidade de dotar as instalações das Unidades do DPF de uma estrutura moderna e eficiente, adaptada ao aumento da carga de trabalho, do efetivo e que dê suporte aos novos equipamentos adquiridos.

Foram destinados R$ 14.557,00 (quatorze mil, quinhentos e cinqüenta e sete reais) para procedimentos de reforma e modernização das instalações da Unidade Técnico-Científica de Pelotas, proporcionando uma estrutura moderna e eficiente, adaptada ao aumento da carga de trabalho, do efetivo e que dê suporte aos novos equipamentos adquiridos, quando na instalação da Unidade na cidade. Recursos materiais e humanos foram utilizados como insumos nos processos de aquisição e contratação das empresas prestadoras dos serviços.

2.3.1.3 – Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento e Ação 8854 – Gestão e Comunicação do PRONASCI.

Quadro 19 - Dados do Programa 1453 – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

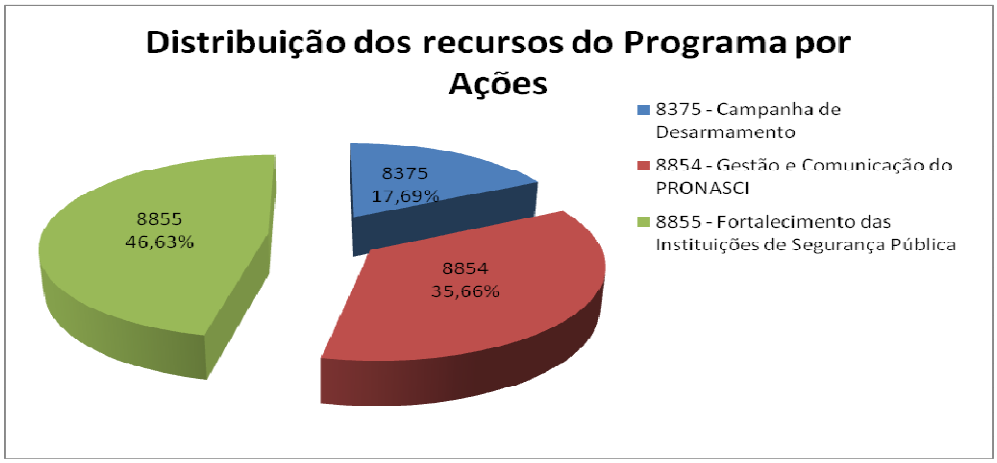
Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa		Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ		-
Indicador(es) para avaliação do programa		Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes) – Ministério da Justiça
Público-alvo (beneficiários)		Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.
Código	Tipo[3]	Descrição da Ação
8375	A	Campanha de Desarmamento
8854	A	Gestão e Comunicação do PRONASCI
8855	A	Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Fonte: SIGPLAN

Programa	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
1453	1.568.036,43	686.182,07	686.182,07	881.854,36

[3] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Quadro 20 – Gráfico Dados do Programa 1453



2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 21 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
8375	277.487,03	277.487,03	277.487,03	0,00

Quadro 22 – Gráfico Dados da Ação 8375

O Departamento de Polícia Federal, em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente. Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado do Rio Grande do Sul, a Polícia Federal recebeu 605 (seiscentos e cinco) armas para indenização em 2009. Foram arrecadadas no ano 1.498 (mil quatrocentos e noventa e oito) armas e regularizadas 60.743 (sessenta mil setecentos e quarenta e três) armas de fogo, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização das Campanhas, com deslocamento de servidores para atendimento à população nas áreas de circunscrição da SR e Descentralizadas. Foram empenhados, liquidados e pagos R$ 277.487,03 (duzentos e setenta e sete mil quatrocentos e oitenta e sete reais e três centavos).

2.3.1.3.2 – Ação 8854 – Gestão e Comunicação do PRONASCI

Quadro 23 - Dados Gerais da Ação 8854

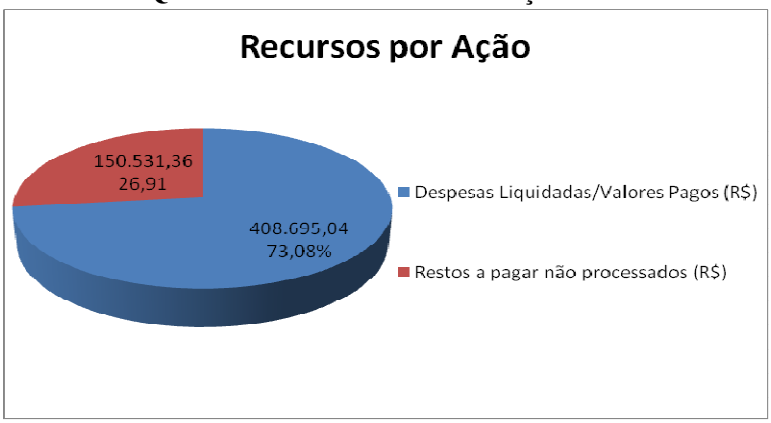
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a gestão e comunicação do PRONASCI.
Descrição	Realização de ações na área de Gestão e Comunicação para a promoção das atividades do PRONASCI.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	-
Produto (unidade de medida)	-

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
8854	559.226,40	408.695,04	408.695,04	150.531,36

Quadro 24 – Gráfico Dados da Ação 8854



Nesta ação foram empenhados R$ 559.226,40 (quinhentos e cinqüenta e nove mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta centavos), dos quais liquidados e pagos R$ 408.695,04 (quatrocentos e

oito mil seiscentos e noventa e cinco reais e quatro centavos), ficando como restos a pagar R$ 150.531,36 (cento e cinqüenta mil quinhentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos). Executadas nos com Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica e aquisição de material permanente.

2.3.1.3.3 – Ação 8855 – Fortalecimento das Instituições de Segurança Pública

Quadro 25 - Dados Gerais da Ação 8855

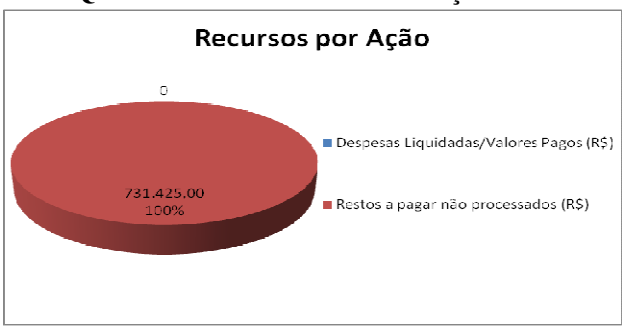
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Fortalecer as Instituições de Segurança Pública.
Descrição	Fortalecimento das Instituições que integram a Segurança Pública
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	-
Produto (unidade de medida)	Projeto Apoiado (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
8855	731.425,00	0,00	0,00	731.425,00

Quadro 26 – Gráfico Dados da Ação 8855



Nesta ação foram empenhados e inscritos como restos a pagar R$ 731.425,00 (setecentos e trinta e um mil quatrocentos e vinte e cinco reais). Executadas na aquisição embarcações e veículos (material permanente).

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

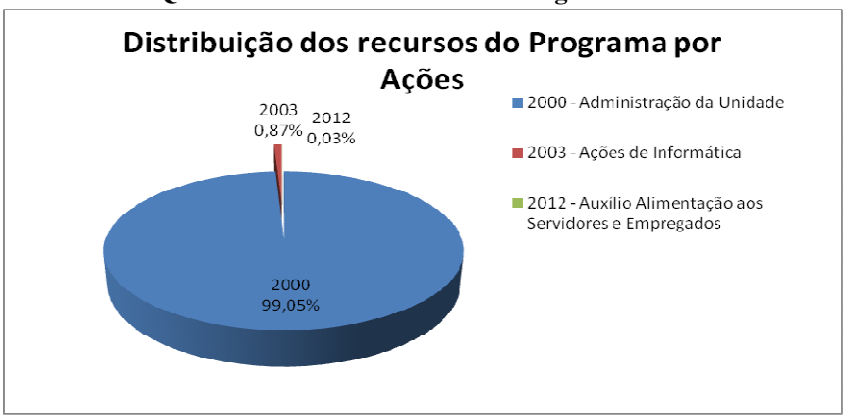
Quadro 27 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Ildo Gasparetto
Indicadores para avaliação do programa		Não há.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo[4]	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade
2003	A	Ações de Informática
2012	A	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Fonte: SIGPLAN

Programa	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
0750	13.097.620,62	11.975.133,22	11.972.364,14	1.122.487,40

Quadro 28 – Gráfico Dados do Programa 0750



[4] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 29 - Dados Gerais da Ação 2000

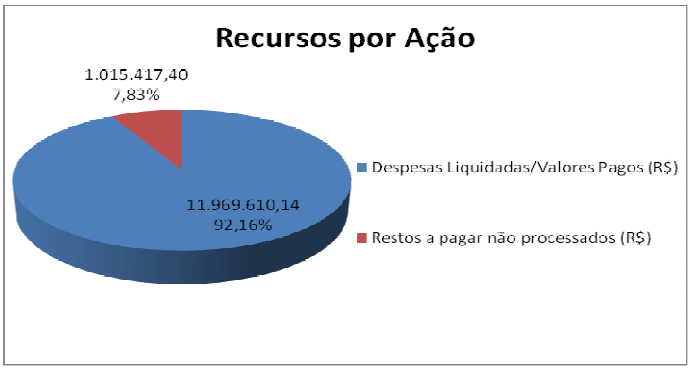
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
2000	12.987.796,62	11.972.379,22	11.969.610,14	1.015.417,40

Quadro 30 – Gráfico Dados da Ação 2000



A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como por exemplo: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

Nesta ação a Unidade recebeu recursos da ordem de R$ 12.987.796,62 (doze milhões, novecentos e oitenta e sete mil setecentos e noventa e seis reais e sessenta e dois centavos), dos quais liquidou R$ 11.972.379,22 (onze milhões, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos), e por inscrição em restos a pagar não-processados R$ 1.015.417,40 (um milhão, quinze mil, quatrocentos e dezessete reais e quarenta centavos). São despesas de natureza administrativa que não podem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular própria; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados; contratação de pessoal de tecnologia da informação, vigilância, recepcionistas, limpeza e conservação, contínuos, telefonistas, copeiragem, lavador e manutenção predial; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); insumos e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da Superintendência e Descentralizadas. Os recursos humanos e materiais envolvidos nesta Ação são os diretamente envolvidos na atividade de suporte da Unidade.

A queda na arrecadação do Governo Federal fez com que os recursos contingenciados no ano acarretassem atrasos no créditos repassados pelo Ministério da Justiça e Unidade Orçamentária do DPF. Com isso, várias faturas sofreram atrasos na sua liquidação, ocasionando transtornos nas relações com os fornecedores.

2.3.1.4.2 – Ação 2003 – Ações de Informática

Quadro 31 - Dados Gerais da Ação 2003

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Aquisição de material de informática necessário ao desenvolvimento e manutenção do parque tecnológico da Unidade.
Descrição	A ação visa a aquisição de suprimentos de informática para desenvolvimento e aprimoramento das atividades desenvolvidas nas diversas áreas da Superintendência.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
2003	107.070,00	0,00	0,00	107,070,00

Quadro 32 – Gráfico Dados da Ação 2003

Nesta ação foram empenhados e inscritos como restos a pagar R$ 107.070,00 (cento e sete mil reais). Executadas na aquisição de insumos para desenvolvimento e manutenção do parque tecnológico da Superintendência e Descentralizadas.

2.3.1.4.3 – Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Quadro 33 - Dados Gerais da Ação 2012

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Proporcionar recursos para pagamento de auxílio alimentação aos servidores.
Descrição	Despesas relacionadas com pagamento de auxílio alimentação de servidores.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
2012	2.754,00	2.754,00	2.754,00	0,00

Quadro 34 – Gráfico Dados da Ação 2012

Empenhados R$ 2.754,00 (dois mil setecentos e cinqüenta e quatro reais), liquidados e pagos, relativos ao auxílio alimentação, exercícios anteriores, retroativo a data de reversão de aposentadoria de servidor.

2.3.1.5 – Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

O Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social, de responsabilidade do Ministério da Previdência Social, recebeu recursos na execução da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa e Ação 8452 – Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária.

Quadro 35 - Dados do Programa 0087 – Gestão da Política de Previdência Social

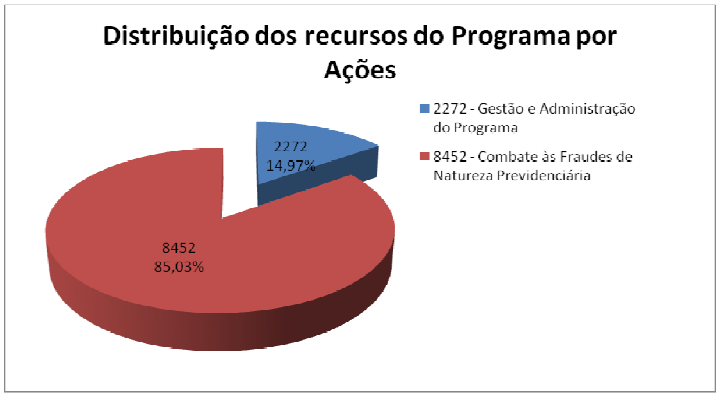
Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Promover o acesso com qualidade à Seguridade Social, sob a perspectiva da universalidade e da eqüidade, assegurando-se o seu caráter democrático e a descentralização.
Objetivos Específicos		Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de previdência social.
Gerente de Programa		Ministério da Previdência Social
Responsável pelo Programa na UJ		-
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há.
Público-alvo (beneficiários)		Governo.
Código	Tipo[5]	Descrição da Ação
2272	A	Gestão e Administração do Programa
8452	A	Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária

Fonte: SIGPLAN

Programa	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
0087	13.353,72	13.353,72	13.353,72	0,00

[5] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Quadro 36 – Gráfico Dados do Programa 0662



2.3.1.5.1 – Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Quadro 37 - Dados Gerais da Ação 2272

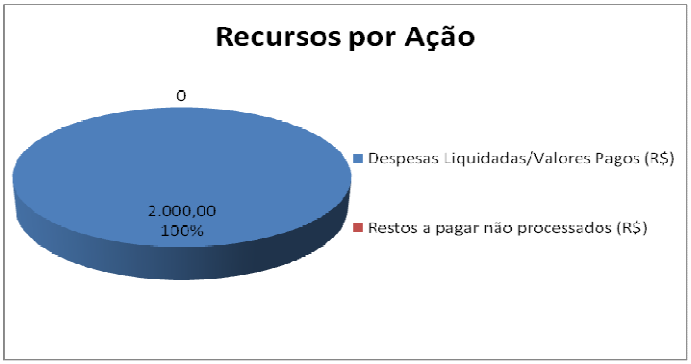
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Desenvolver a gestão e administração da Política de Previdência Social.
Descrição	Assegurar as condições necessárias e suficientes para a manutenção e o funcionamento dos serviços relacionados com as ações de administração, modernização e planejamento.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	-
Produto (unidade de medida)	Não há.

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
2272	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00

Quadro 38 – Gráfico Dados da Ação 2272



Empenhados R$ 2.000,00 (dois mil reais), liquidados e pagos, relativos às ações de Previdência Social.

2.3.1.5.2 – Ação 8452 – Combate às Fraudes de Natureza Previdenciária

Quadro 39 - Dados Gerais da Ação 8452

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater as fraudes relacionadas à Previdência Social.
Descrição	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas de combate às fraudes previdenciárias.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência Social
Coordenador nacional da ação	-
Produto (unidade de medida)	Não há.

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
8452	11.353,72	11.353,72	11.353,72	0,00

Quadro 40 – Gráfico Dados da Ação 8452

Empenhados R$ 11.353,72 (onze mil trezentos e cinqüenta e três reais e setenta e dois centavos), liquidados e pagos, relativos à aquisições de bens permanentes para ações específicas de combate às fraudes de Previdência Social, conduzidas pela Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários.

2.3.1.6 – Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

O Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União, recebeu recursos na execução da Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

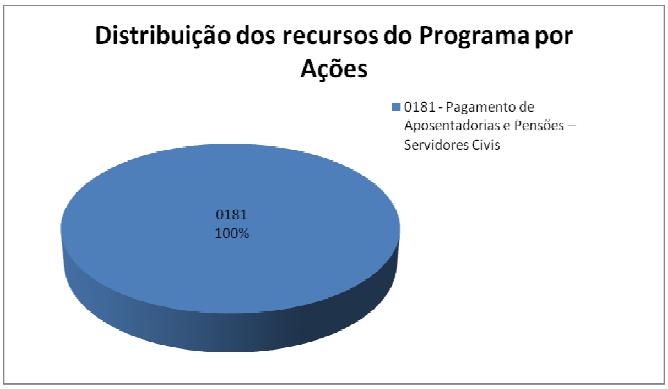
Quadro 41 - Dados do Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Objetivos Específicos		Executar ações para garantir benefícios previdenciários aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.
Gerente de Programa		Não há.
Responsável pelo Programa na UJ		-
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há.
Público-alvo (beneficiários)		Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.
Código	Tipo[6]	Descrição da Ação
0181	A	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Fonte: SIGPLAN

Programa	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
0089	81.610,90	81.610,90	81.610,90	0,00

Quadro 42 – Gráfico Dados do Programa 0089



[6] Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

2.3.1.6.1 – Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

Quadro 43 - Dados Gerais da Ação 0181

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento de benefícios de aposentadorias e pensões para servidores inativos, pensionistas e dependentes.
Descrição	Executar ações para pagamentos de benefícios legalmente estabelecidos para servidores inativos, pensionistas e dependentes.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Presidência da República.
Coordenador nacional da ação	-
Produto (unidade de medida)	Pessoa beneficiada (unidade).

Fonte: SIGPLAN

Considerações

Ação	Despesas Empenhadas (R$)	Despesas Liquidadas (R$)	Valores Pagos (R$)	Restos a pagar não processados (R$)
0181	81.610,90	81.610,90	81.610,90	0,00

Quadro 44 – Gráfico Dados da Ação 0181

Empenhados R$ 81.610,90 (oitenta e um mil seiscentos e dez reais e noventa centavos), liquidados e pagos, relativos pagamentos e reconhecimentos de dívidas para servidores aposentados e pensionistas.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 - Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 45 - Despesas por Modalidade de Contratação (em R$)

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	367.457,01	250.472,94	367.457,01	250.472,94
Concorrência	542.829,57	367.929,51	542.829,57	367.929,51
Pregão	23.822.255,25	8.966.907,93	23.822.255,25	8.966.907,93
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas				
Dispensa	920.317,13	807.514,50	920.317,13	807.514,50
Inexigibilidade	1.220.425,40	1.149.156,70	1.220.425,40	1.149.156,70
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	741.479,73	808.652,15	741.479,73	808.652,15
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha[1]	0,00	0,00	0,00	0,00
Diárias	5.084.193,14	5.174.872,92	5.084.193,14	5.174.872,92
Outros				

[1] O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

[2] Dados disponibilizados pela Diretoria de Logística Policial – DLOG/DPF.

2.4.1.2 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 46 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa (em R$)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	82.371,01	85.453,60	82.371,01	85.453,60	Não há	Não há	82.371,01	85.453,60
08 – Outros Benefícios Assistenciais	82.371,01	85.453,60	82.371,01	85.453,60	Não há	Não há	82.371,01	85.453,60
2 – Juros e Encargos da Dívida	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
3- Outras Despesas Correntes	17.966.730,29	18.449.128,69	17.192.568,33	17.843.152,03	774.161,96	605.976,66	17.185.819,36	17.840.382,95
14 – Diárias – Pessoal Civil	5.084.193,14	5.175.044,19	5.084.193,14	5.174.872,92	0,00	171,27	5.084.193,14	5.174.872,92
30 – Material de Consumo	2.514.384,66	1.816.818,85	2.300.231,65	1.740.417,42	214.153,01	76.401,43	2.293.543,55	1.740.417,42
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	829.931,33	639.455,08	771.239,83	533.691,03	58.691,50	105.764,05	771.239,83	533.691,03
36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	356.123,42	377.983,48	303.133,20	372.014,18	52.990,22	5.969,30	303.133,20	372.014,18
37 – Locação de Mão-de-Obra	1.340.814,37	4.477.134,18	1.333.694,42	4.242.270,61	7.119,95	234.863,57	1.333.694,42	4.242.270,61
39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	7.240.808,94	5.111.818,50	6.809.107,10	4.944.560,65	431.701,84	167.257,85	6.809.107,10	4.941.791,57
47 – Obrig. Tribut. e Contrib. Op. Intra-Orç	18.933,53	20.100,00	17.563,43	19.240,81	1.370,10	859,19	17.563,43	19.240,81
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	79.474,29	338.010,55	79.332,50	330.419,06	141,79	7.591,49	79.291,48	330.419,06
93 – Indenizações e Restituições	502.066,61	492.763,86	494.073,06	485.665,35	7.993,55	7.098,51	494.053,21	485.665,35

Quadro 47 - Evolução de Gastos Gerais (em R$)

Descrição	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	550.334,41	771.239,83	791.172,83
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	6.635.276,08	5.084.193,14	5.175.044,19
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	3.076.915,58	5.617.405,33	10.259.310,81
3.1 Publicidade	26.165,73	22.957,67	14.400,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	858.842,91	2823.738,89	3.665.126,48
3.3 Tecnologia da Informação	530.353,69	441.515,40	768.542,54
3.4 Outras Terceirizações	1.661.553,25	2.329.193,37	5.811.241,79
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	Não houve	431.893,00	785.973,25
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	769.700,00	852.800,00	1.107.000,00
TOTAIS	11.032.226,07	12.757.531,30	18.118.501,08

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício: As mudanças ocorridas nos períodos se devem ao aumento da demanda de serviços na área de atuação da Polícia Federal, com o conseqüente acréscimo de efetivo pessoal (servidores), equipamentos (viaturas, armamento, informática, etc.) e espaço físico (demanda de pessoal de limpeza, vigilância, recepcionistas, etc.);

Contigenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício teve impacto na relação com os fornecedores, com atrasos no pagamento de faturas e dificuldades no cumprimento dos contratos, e também nas ações dos servidores da Polícia Federal, já que há uma demanda de deslocamento de pessoal para diversas regiões do país, utilização de viaturas (combustíveis) e com pagamento de passagens e diárias para deslocamento;

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos, mas mostrando que com a crescente quantidade de serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, e principalmente quando se aproximam grandes eventos internacionais que o país sediará, os recursos humanos e materiais serão fator decisivo para o melhor cumprimento da missão da Polícia Federal.

2.4.1.3 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 48 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa (em R$)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	15.402.008,21	2.063.250,77	480.065,81	601.151,05	14.921.942,40	1.462.099,72	480.065,81	601.151,05
51 – Obras e Instalações	93.613,44	71.655,29	93.613,44	32.865,29	Não há	38.790,00	93.613,44	32.865,29
52 – Equipamentos e Material Permanente	15.308.394,77	1.991.595,48	386.452,37	568.285,76	14.921.942,40	1.423.309,72	386.452,37	568.285,76
5 - Inversões Financeiras	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há
6 - Amortização da Dívida	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há	Não há

Considerações

Alterações significativas ocorridas no exercício: O crescimento observado nos períodos se deve ao aumento da demanda de serviços na área de atuação da Polícia Federal, com o conseqüente acréscimo equipamentos (viaturas, armamento, informática, etc.) e espaço físico (prédios, áreas de estacionamento de viaturas, novas disposições e adequações de espaços internos, etc.), além da depreciação natural dos bens;

Contigenciamento no exercício: O contingenciamento de créditos orçamentários e despesas financeiras ocorridos no exercício teve impacto no cumprimento do plano de aquisições que era esperado, principalmente para consolidação do aparato tecnológico que se iniciou no ano anterior, e no planejamento de ações de construção e reformas das Descentralizadas;

Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária: O contingenciamento de recursos e a demanda crescente por servidores tiveram reflexos negativos na atuação da Superintendência, não chegando a comprometer o cumprimento dos objetivos propostos, mas mostrando que com a crescente quantidade de serviços que a Polícia Federal deve desempenhar para o combate à criminalidade e atendimento aos cidadãos, e principalmente quando se aproximam grandes eventos internacionais que o país sediará, os recursos humanos e materiais serão fator decisivo para o melhor cumprimento da missão da Polícia Federal.

2.4.1.4 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 49 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo (em R$)

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0087	**Denominação:** Gestão da Política de Previdência Social				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica¹		**13.353,72**	**13.353,72**	**0,00**	**13.353,72**
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089	**Denominação:** Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica¹		**81.610,90**	**81.610,90**	**0,00**	**81.610,90**
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0750	**Denominação:** Apoio Administrativo				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica¹		**13.097.620,62**	**11.975.133,22**	**1.122.487,40**	**11.972.364,14**
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1453	**Denominação:** Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica¹		**1.568.036,43**	**686.182,07**	**881.854,36**	**686.182,07**
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1353	**Denominação:** Modernização da Polícia Federal				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica¹		**71.655,29**	**32.865,29**	**38.790,00**	**32.865,29**
Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0662	**Denominação:** Prevenção e Repressão à Criminalidade				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
Não se Aplica¹		**5.765.556,10**	**5.740.611,48**	**24.944,62**	**5.740.611,48**

Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência[2]**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício[3]**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	**-**
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal. (Índice não divulgado pela Coordenação de Tecnologia da Informação/DPF)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Índice não divulgado pela Coordenação de Tecnologia da Informação/DPF; de acordo com o Núcleo de Cartório/DREX/SR/DPF/RS, só é possível chegar a um cálculo estimado do índice, e ainda deve se levar em conta que um inquérito pode ser instaurado num ano e ser relatado em outro posterior, fazendo com que prejudicando o cálculo. A não ser que só sejam levados em conta os inquéritos instaurados e relatados dentro de um mesmo período, deixando de lados os que não se enquadrarem nas características da amostragem.						
Ordem	**Indicador (Unidade medida)**	**Referência**			**Índice previsto no exercício**	**Índice atingido no exercício**
		Data	**Índice inicial**	**Índice final**		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	**-**
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados. (Índice não divulgado pela Coordenação de Tecnologia da Informação/DPF)						
Análise do Resultado Alcançado:						
Índice não divulgado pela Coordenação de Tecnologia da Informação/DPF; de acordo com o Núcleo de Cartório/DREX/SR/DPF/RS, só é possível chegar a um cálculo estimado do prazo, e ainda deve se levar em conta que um inquérito pode ser instaurado num ano e ser relatado em outro posterior, fazendo com que prejudicando o cálculo. A não ser que só sejam levados em conta os inquéritos instaurados e relatados dentro de um mesmo período, deixando de lados os que não se enquadrarem nas características da amostragem.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

[1] As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

[2] A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

[3] O índice informado se refere apenas ao desempenho desta superintendência. Este índice é calculado pela CTI, foi solicitado que seja elaborada planilha contemplando todas as Superintendência que será divulgada na página da intranet da DLOG brevemente.

Considerações

Com relação aos Programas 0087, 0089, 0750, 1353 e 1453, não há indicadores a serem avaliados.

2.4.1.5 - Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 50 – Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo[1]	Prio[2]	Unidade Medida	Meta Física [3]			Meta Financeira (em R$)		
							Prev.	Real.	Para 2010	Prev.	Real	Para 2010
6	122	0750	2000	Atividade							11.972.379,22	
6	122	1453	8854	Atividade							408.695,04	
6	126	0750	2003	Atividade							0,00	
6	181	1453	8855	Atividade							0,00	
6	306	0750	2012	Atividade							2.754,00	
6	422	1453	8375	Atividade							277.487,03	
9	122	0087	2272	Atividade							2.000,00	
9	271	0087	8452	Atividade							11.353,72	
9	272	0089	0181	Operação especial							81.610,90	
6	125	0662	2679	Atividade							153.172,21	
6	128	0662	4572	Atividade							34.010,69	
6	181	0662	2726	Atividade							4.840.566,54	
6	181	1353	8979	Atividade							18.308,29	
6	181	1353	8980	Atividade							14.557,00	
6	183	0662	2720	Atividade							712.862,04	

[1] Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

[2] Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento, 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

[3] O campo preenchido como "NA" – Não se Aplica está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constante no SIGPLAN se referem a todo DPF.

Considerações

Cumprimento das metas físicas: Foram cumpridas grande parte das metas físicas previstas;

Ações que apresentaram problemas de execução: Na execução, e também comprometendo o cumprimento das metas, o contingenciamento de recursos fez com que a Superintendência na executasse de forma ideal, pois muitas vezes a falta da descentralização e repasse do recurso "financeiro" dificultou o andamento da execução;

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: Quando houve a descentralização e repasse do recurso sem atrasos, a execução ocorreu dentro do cronograma previsto;

Ações Prioritárias na LDO: Não ocorrendo contingenciamentos e atrasos nos repasses de recursos, a execução realizada e a prevista segue normalmente;

2.4.2 – Indicadores de desempenho

Quanto aos Indicadores de desempenho, a Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Superintendência Regional de Polícia Federal no RS, ressaltando o que foi dito na análise do resultado alcançado no Item 2.4.1.5:

a) Utilidade: medir a taxa (percentual) de Inquéritos Policiais instaurados e relatados no ano de 2009.

b) Tipo: Eficácia.

c) Fórmula de cálculo:

$$\text{Tx IP} = \frac{\sum \text{Nº de inquéritos concluídos no ano de 2009}}{\sum \text{Nº inquéritos instaurados no ano de 2009}} \times 100$$

onde:

Tx IP: Taxa de conclusão de inquéritos

d) Método de aferição: Informações extraídas do Sinpro (Sistema Nacional de Procedimentos)

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: Núcleo de Cartório.

f) Resultado do Indicador no exercício:

$$\text{Tx IP} = \frac{2.326}{1.418} \times 100$$

Tx IP = 164,03%

g) Descrição das disfunções estruturais/situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- O inquérito instaurado num determinado exercício, devido a complexidade das investigações e/ou procedimentos, não é concluído dentro do mesmo ano. Da mesma forma que os inquéritos relatados no período, que podem ser os instaurados em anos anteriores. Por esse motivo a taxa de conclusão de inquéritos policiais na Superintendência Regional de Polícia Federal no RS foi de 164,03%. Em andamento permaneceram 1.389 inquéritos.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de sucesso/insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

- A autoridade policial responsável pelo inquérito tem divulgado em Aditamento Semanal o número de inquéritos relatados dentro do mês. O índice alcançado não retrata insucesso, pois cada inquérito depende de fatores que determinam o tempo de andamento do mesmo.

Número de Mandados de Prisão Cumpridos nas Grandes Operações Policiais na Superintendência Regional de Polícia Federal no RS:

a) Utilidade: aferir a média de mandados de prisão cumpridos nas operações de grande vulto realizadas no ano de 2009.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

$$\text{Me P} = \left(\frac{\sum \text{Nº de mandados de prisão cumpridos no ano de 2009}}{\text{Nº de grandes operações realizadas no ano de 2009}}\right)$$

onde:

Me P: Média de prisões por operação realizada

d) Método de aferição: Informações consolidadas pela Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DRCOR.

f) Resultado do Indicador no exercício:

Me P = (307)

40

Me P = 7,7 mandados de prisão

g) Descrição das disfunções estruturais/situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- Andamento das investigações;

- Ações do Ministério Publico e do Poder Judiciário.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

- O número não retrata insucesso.

Valor estimado das apreensões em moeda (R$) realizadas nas Grandes Operações Policiais na Superintendência Regional de Polícia Federal no RS:

a) Utilidade: aferir o valor médio das apreensões estimadas nas operações de grande vulto realizadas no ano de 2009.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

Vme Apr = (∑ valores estimados apreensões grandes operações 2009)

Nº de grandes operações realizadas no ano de 2009

onde:

Vme Apr: Valor Médio de Apreensões em moeda por operação realizada (em R$)

d) Método de aferição: Informações consolidadas pela Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DRCOR.

f) Resultado do Indicador no exercício:

$$Vme\ Apr = \left(\frac{8.705.450,00}{40}\right)$$

Vme Apr = R$ 217.636,25

g) Descrição das disfunções estruturais/situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- Andamento das investigações;

- Em algumas operações não houve apreensão de bens e valores;

- Ações do Ministério Publico e do Poder Judiciário.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

- O número não retrata insucesso, depende de vários fatores no decurso das investigações e principalmente na execução das operações.

Impacto estimado das fraudes que foram alvo das Grandes Operações Policiais na Superintendência Regional de Polícia Federal no RS:

a) Utilidade: aferir o impacto médio estimado das fraudes que foram alvo das operações de grande vulto realizadas no ano de 2009.

b) Tipo: Efetividade.

c) Fórmula de cálculo:

$$Ime\ Fr = \left(\frac{\sum \text{valores estimados fraudes alvo de grandes operações 2009}}{\text{Nº de grandes operações realizadas no ano de 2009}}\right)$$

onde:

Ime Fr: Impacto Médio das Fraudes alvo por operação realizada (em R$)

d) Método de aferição: Informações consolidadas pela Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR

e) Área responsável pelo cálculo e/ou medição: DRCOR.

f) Resultado do Indicador no exercício:

$$\text{Ime Fr} = \left(\frac{1.194.183.312,00}{40}\right)$$

Ime Fr = R$ 29.854.582,80

g) Descrição das disfunções estruturais/situacionais que impactaram o resultado obtido neste indicador:

- Andamento das investigações;

- Em algumas operações não houve apreensão de bens e valores;

- Ações do Ministério Publico e do Poder Judiciário.

h) Descrição das principais medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso neste indicador e quem são os responsáveis.

- O número não retrata insucesso, depende de vários fatores no decurso das investigações e principalmente na execução das operações.

2.4.3 – Análise do desempenho

A definição de prazo de conclusão de inquéritos policiais não apura a realidade do que ocorre, pois como já dissemos, dependendo da complexidade dos procedimentos e investigações o inquérito pode demandar mais tempo, em face de outro, que simples, é instaurado e relatado num prazo bem menor. Em relação ao ano anterior, que teve neste mesmo indicador índice de 23,25%, a Superintendência apresentou um grande avanço. As ações de correição, melhoria e adequação dos processos, e o esforço da Administração foram os fatores decisivos para o avanço.

Os demais índices, dependem de fatores que devem ser observados no decurso das investigações e principalmente na deflagração da mesma, bem como ações bem fundamentadas junto ao Judiciário.

3 - Recursos Humanos

Quadro 51 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	**Lotação Efetiva**	**Lotação Autorizada**	**Lotação Ideal**
Estatutários	732	732	**Não há informação[1]**
Próprios	732	732	
Requisitados	0	0	
Celetistas	0	0	
Cargos de livre provimento	0	0	
Estatutários	0	0	
Não Estatutários	0	0	
Terceirizados	423	423	
Total	1155	1155	

Fonte: SIAPE

[1] - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 52 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
TIPOLOGIA	**Qtd.**	**Vencimentos e vantagens fixas (R$)**	**Retribuições**	**Gratificações**	**Adicionais**	**Indenizações**
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	683	41.689.800,36	-	-	-	-
2008	705	50.465.380,89	-	-	-	-
2009	732	94.165.255,44	-	-	-	-
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	0	-	-	-	-	-
2008	0	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	0	-	-	-	-	-
2008	0	-	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	0	-	-	-	-	-
2008	1	129.600,00	-	-	-	-
2009	0	-	-	-	-	-

Requisitados sem ônus para a UJ						
2007	11	-	-	-	-	-
2008	7	-	-	-	-	-
2009	5	-	-	-	-	-

QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	**Conservação e Vigilância**		**Apoio Administrativo**		**Atividades de Área-fim**		**Estagiários**	
	Qtd.	**Custo (R$)**	**Qtd.**	**Custo (R$)**	**Qtd.**	**Custo (R$)**	**Qtd.**	**Custo (R$)**
2007	59	1.315.703,00	143	2.213.266,66	0	0	67	309.454,03
2008	151	2.552.135,68	190	3.040.632,93	0	0	52	162.133,89
2009	173	3.718.609,52	250	3.721.065,12	0	0	26	150.028,67

Fonte: SIAPE

Considerações

- Absenteísmo:

No ano de 2009, não ocorreram atrasos informado ao Setor de Recursos Humanos, tendo apenas 01 servidor sido descontado 05 dias de faltas, referente ao período em que se encontrava preso.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

No decorrer do ano de 2009 foram homologadas 08 (oito) Processos de Acidente em Serviço; para o Serviço Médico do DPF está sendo desenvolvido sistema Gerencial para acompanhamento dos referidos processos e detalhamento do mesmo.

- Perfil Etário – Em desenvolvimento pelo DGP ferramenta para levantamento abrangente do dado solicitado.

- Rotatividade (*turnover*) - Em desenvolvimento pelo DGP relatório de análise da Rotatividade de pessoal.

- Formação Acadêmica – Em desenvolvimento pelo DGP relatório gerencial onde demonstre a Formação Acadêmica e áreas correlacionadas.

- Educação Continuada - Em desenvolvimento pelo DGP relatório gerencial onde demonstre a quantidade de cursos disponibilizados e o que foi efetivamente realizado.

- Satisfação e Motivação – Em desenvolvimento pelo DGP, inclusive com pesquisa de campo, relatório gerencial onde demonstre a satisfação e Motivação dos servidores.

- Disciplina – A cargo da Corregedoria regional com desenvolvimento de critérios para aplicação com futura avaliação de desempenho.

- Desempenho funcional – Em desenvolvimento pelo DGP nova avaliação de desempenho funcional, com grupos de trabalho formados para análise.

- Níveis Salariais – A critério do DGP inclusive com Grupos de trabalho formado para verificar os Níveis salarias do DPF.

- Demandas Trabalhistas – Tratando-se de servidores estatutários é acompanhado pela Divisão de Pareceres em Brasilia.

- Adequação quantitativa e qualitativa dos quadros à missão organizacional: Em desenvolvimento pelo DGP em conjunto com os Superintendentes Regionais e a direção geral estudos fundamentando sobre o efetivo adequado, inclusive com grupos de trabalho para definir os critérios de distribuição e aproveitamento do efetivo no Brasil.

- Adequação dos quantitativos de área-meio em relação à área-fim: Em desenvolvimento pelo DGP ferramentas que demonstrem o efetivo aproveitamento dos fatores humanos que envolvem a instituição.

- Desempenho funcional dos servidores e funcionários: Em desenvolvimento pelo DGP nova avaliação de desempenho funcional, com grupos de trabalho formados para análise.

- Necessidades de redução ou ampliação do Quadro de recursos humanos, tanto próprio, quanto terceirizado: Em desenvolvimento pelo DGP estudo sobre o quantitativo ideal para a nossa Superintendência Regional.

- Necessidades de renovação do Quadro próprio de recursos humanos no médio e longo prazo: Em desenvolvimento pelo DGP estudo sobre o guadro de pessoal e necessidades.

- Planos de capacitação do Quadro de recursos humanos: Em desenvolvimento pelo DGP plano de capacitação de acordo com as metas de desempenho.

- Efeitos dos Planos demissionais: não ocorreu.

- Impactos da terceirização na produtividade da UJ: com o DGP.

- Política remuneratória da UJ: Relatório gerencial com fundamnetos no DGP.

- Situação e evolução do passivo trabalhista vinculado à UJ: a cargo DELP/DGP.

- Cumprimento do cronograma e medidas adotadas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações indevidas de atividades finalísticas da administração pública: A critério do DGP.

Com relação à avaliação de indicadores gerenciais sobre recursos humanos, vale observar que o Departamento de Polícia Federal não possui indicadores.

4 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 53 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009 (em R$)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
2008	6.748,97	2.040,23	4.708,74	Não há
2007	Não há	Não há	Não há	Não há
...	Não há	Não há	Não há	Não há
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Inscritos**	**Cancelados**	**Pagos**	**A Pagar**
2008	15.696.104,36	343.051,71	15.210.259,30	142.793,35
2007	Não há	Não há	Não há	Não há
...	Não há	Não há	Não há	Não há
Observações: Não há.				

Fonte: SIAFI Gerencial

6 - Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

Não houve recomendações no período.

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul recebeu determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União, conforme detalhado no quadro abaixo.

Quadro 54 - Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					**Código SIORG**
Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Sul					1148
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
-	017.300/2008-8	5135/2009	1.6.1	-	Ofício nº 2/2010-TCU/SECEX-RS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					**Código SIORG**
Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Sul					**1148**
Descrição da Deliberação:					
"Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas dos Srs. José Francisco Mallmann, Ademar Stocker, Jose Jair Wermann, José Maria da Silva, Ildo Gasparetto, João Henrique Wilkon Marques e Mirian Kruse dos Santos regulares com ressalva e dar-lhes quitação, sem prejuízo fazer as seguintes determinações, e nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar as contas dos demais responsáveis regulares e dar-lhes quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos: (...) 1.6.1. à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul que: 1.6.1.1. aperfeiçoe seus controles no tocante à concessão de diárias e comprovação de deslocamentos, de modo a observar que: 1.6.1.1.1. o proponente e o proposto de diárias devem ser servidores distintos, observando o princípio da segregação de funções; 1.6.1.1.2. a realização de viagens seja adequadamente comprovada conforme as datas de afastamento e retorno previstas na respectiva proposta de concessão de diárias (PCD); 1.6.1.1.3. não efetue o pagamento de diárias a servidores durante o período de gozo de férias e que, no caso de alteração de férias, sejam os novos períodos devidamente registrados no sistema Siape; 1.6.1.1.4. não conceda diárias a servidor para a prestação de serviços em local em que tal servidor já estiver formalmente lotado; 1.6.1.1.5. no dia em que o servidor retornar à sede de serviço, não é devido o valor integral de diária, conforme o art. 2º , § 1º, inciso I, alínea b, do Decreto n. 5.992/2006; 1.6.1.2. providencie o ressarcimento ao erário no montante de R$ 3.701,77 (três mil, setecentos e um reais e setenta e sete centavos) relativo às diárias percebidas indevidamente pelo servidor de CPF n. 906.982.310-15; 1.6.1.3. abstenha-se de empregar contratados e estagiários em atividades-fim da Polícia Federal, de modo a evitar o desvio de atividade ou desvio de função;"					

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	**Código SIORG**
Superintendência Regional do DPF no Rio Grande do Sul	1148
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Foi dado conhecimento da deliberação aos responsáveis arrolados no mencionado Acórdão, e foram cumpridas as medidas previstas. Enviado Ofício nº 4055/2009-GAB/SR/DPF/RS, em 29 de setembro de 2009, à Assessora Especial de Controle Interno do MJ, com juntada dos documentos das informações repassadas à ACI/MJ, referente ao Acórdão nº 5135/2009-TCU-1ª Câmara do Processo de Tomada de Contas Anual. Nos documentos anexados estão as comprovações de que o apontado no subitem 1.6 do Acórdão já havia sido devidamente esclarecido, sendo que o referido servidor não recebeu os valores de forma indevida e sim que houve uma publicação errônea da data de apresentação do mesmo, já regularizada, conforme descrito no Memorando nº 406/2009-SRH/SR/DPF/RS.	
Síntese dos resultados obtidos	
Aperfeiçoamento dos controles de diárias e comprovações de deslocamentos, segregação de funções, implantação do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens – SCDP; Maior controle e aprimoramento com implantação de novos sistemas de controle de férias dos servidores; Maior controle na alimentação de dados no Sistema SIAPE, evitando dados inconsistentes na migração das informações do sistema usado pelo DPF; Fiscalização nos contratos de empresas prestadoras de serviço e no emprego de estagiários, evitando desvio de atividade e/ou função.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A implantação de novos sistemas de gerenciamento no DPF tem contribuído de forma eficaz para o melhor controle das atividades da Polícia Federal. O aprimoramento da gestão de recursos humanos e materiais e a capacitação de servidores tem colaborado para a melhoria contínua dos processos e conseqüente diminuição das falhas. A falta de recursos humanos, principalmente na área-meio do DPF ainda é um ponto frágil, que vem tendo atenção da Administração Órgão, mas que necessita de gestões e ações de outros setores do Governo Federal para solução definitiva. Tal medida possibilitará grande avanço para toda a Polícia Federal, que vem sendo eficiente no cumprimento das suas atribuições na atividade-fim, mas que ainda deve melhorar seus processos e controles realizados pela atividade-meio.	

12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

– não se aplica –

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF. Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central do DPF.

13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 55 - Declaração do Responsável pela Área de Contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS	
DECLARAÇÃO	
Denominação completa (UJ):	**Código das UGs:**
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul	200372/200373

Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Rio Grande do Sul estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congênere. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Porto Alegre - RS	**Data**	30 de março de 2010
Responsável	José Jair Wermann	**Matrícula nº**	6469

14 – Outras Considerações

As restrições e limitações no desenvolvimento das atividades, na área-finalística e principalmente na área-meio, foram a escassez de recursos humanos e financeiros. Estratégias decorrentes também tiveram que ser adotadas em virtude de mudança de cenários durante a execução dos trabalhos e conseqüência de outros, como a "crise de 2008", que se estendeu e teve reflexos no ano de 2009.

Apesar de ainda insuficiente, a oferta de recursos e a disponibilização de equipamentos adquiridos pelos Órgãos centrais contribuiu para uma melhora em relação ao período anterior. As soluções encontradas pela SR/RS para desenvolvimento e evolução de suas missões, tanto na atividade-fim, quanto na atividade-meio, foi a racionalização e definição de prioridades dentro da gestão. Com o crescente aumento da demanda de trabalho de responsabilidade da Polícia Federal, ainda há necessidade de aumento do efetivo de policiais e principalmente de administrativos.

15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada

Declaração digitalizada em anexo.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARAÇÃO COM RESSALVA

Denominação completa (UJ):	**Código da UG:**
SUPERINTENDENCIA REG DEP POLICIA FEDERAL- RS	200372 - 200373

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.

Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:

- a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;
- o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Policia Federal, via SIAFI; e
- a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local: Brasília/DF	**Data: 18/02/2010**
Contador Responsável:	**CRC nº DF-12534/O-8**
GLADSTON GUIMARÃES NAVES	

SAS Quadra 5, Lotes 9/10 CEP 70.037-900 - Ed. Sede Departamento de Polícia Federal
Fone (61) 2024-8424 - FAX (61) 2024-8556 - Brasília - Distrito Federal - Brasil

PAGINA: 1

MSGAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
1 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.

2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU Nº 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.

3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.

4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CONTADOR RESPONSÁVEL
CRC Nº DF-12534/O-8